

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL

FRANCINE BRANDALISE

**ELEMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DO TRABALHO E DOS
TRABALHADORES: NOVAS PERSPECTIVAS PARA VELHOS TEMAS.
(CAXIAS DO SUL, 1889-1933)**

SÃO LEOPOLDO

2017

FRANCINE BRANDALISE

**ELEMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DO TRABALHO E DOS
TRABALHADORES: NOVAS PERSPECTIVAS PARA VELHOS TEMAS.
(CAXIAS DO SUL, 1889-1933.)**

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em História, pelo Curso de História do Rio Grande do Sul da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Prof. Dra. Maíra Ines Vendrame

SÃO LEOPOLDO

2017

Resumo:

Este artigo visa contribuir com os estudos sobre trabalho e trabalhadores na fase de industrialização da cidade de Caxias do Sul na República Velha e anos iniciais do governo Vargas. Objetiva apresentar fontes e levantar questionamentos sobre o fazer-se destes grupos, revelando suas ações e práticas, coletivas ou individuais. A intenção desta análise é trazer novas abordagens através de metodologias, capazes de participar da construção historiográfica sobre a temática do trabalho local e regional.

Palavras-chave: trabalhadores, trajetórias, industrialização, etnia.

Introdução

O ano é 1900, e, na Itália, o Rei Humberto I acaba de ser assassinado. Do outro lado do Atlântico, numa pequena localidade do interior do sul do Brasil, alguém comemora o fato, talvez com dias de atraso. Para a praça da longínqua vila de Caxias do Sul, se encaminha um professor, portando um garrafão de vinho e um quadro do rei morto. O que sucede ali causa reboliço local. Seu nome era Pietro Riva e havia sido expulso da cidade após ter queimado o quadro do rei em meio a uma bebedeira em comemoração ao assassinato. Mas o professor não era até então um “monarquista de cruz na testa”? Pois revelou sua identidade secreta de anarquista, perdeu todos os seus alunos, foi expulso do hotel onde residia e teve que rumar para outras cercanias.

Dois anos antes, comemorou-se pela primeira vez na localidade a data operária de 1º de Maio. O jornal que relatou o caso reportou discursos de cunho socialista proferido pelo professor Pietro Riva. Da edição do dia 15 de maio de 1898 do jornal *Il Colono Italiano*¹ destaca-se alguns pontos, em dialeto italiano: estavam presentes na comemoração cerca de 150 operários *appartenenti a tutti il partiti*² – com exceção dos membros da sociedade católica, destaca o jornal - quando o *Maestro Signor Pietro Riva* teria proferido ao público uma *dottrine eminentemente socialitiche, com sorpresa di molti que credavano si trattasse di una festa semplicemente operaia*.³ Após o discurso, todos dirigiram-se a Praça central, onde foi cantado um hino, o qual não foi possível reconhecer a procedência. A reportagem acaba quase que em advertência: assistiu a festa e *per conseguenza*⁴ o discurso do Sr. Riva, o Intendente Municipal.

Do teor do discurso, que teria chocado aos presentes, nos resta apenas a palavra do jornal. No entanto, não seria incoerente afirmar que Riva tivesse tal posição política, uma vez que muitos imigrantes as professavam. A junção de 150 operários na praça central celebrando a data nos diz que ali conviviam trabalhadores de pequenas oficinas, trabalhadores no comércio, serviços e abertura de estradas, mas, também, proprietários de vendas, pequenas fábrica etc., e por mais que o 1º de Maio seja uma data politizada, não se pode afirmar que

¹ Jornal *Il colono Italiano*, Caxias do Sul, 15 de maio de 1898. Disponível em:

<<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid> > Acesso em setembro de 2017

² “Aparentemente de todas as partes” (tradução da autora)

³ “Doutrina eminentemente socialista, com surpresa de muitos que acreditavam tratar-se de uma simples festa operária”.

⁴ “Por consequência”.

todos os presentes no evento entendiam-se enquanto classe, ou que concordavam ou sentiam-se representados na fala do professor Riva. É daí que a presente pesquisa inicia, objetivando compreender quem eram estes operários e o que suas histórias nos revelam sobre o fazer-se do grupo de trabalhadores local. As vinculações internas, percepção que unem ou que afastam estes trabalhadores que vivem num mesmo contexto também são perguntas que movem esta pesquisa.

Para cumprir com o objetivo de apresentar fontes, ampliar a abordagem sobre o tema do trabalho e trabalhadores através de novas perguntas e metodologias, foi preciso agir com desconfiança em relação ao discurso idealizado que apresenta os imigrantes como bons italianos e vasculhar os arquivos na procura por sujeitos que quebram estereótipos fixados pela historiografia local e tradicional sobre as antigas colônias italianas⁵. Da mesma forma, foi necessário o cuidado na abordagem teórica e metodológica desta temática recorrente da História Social, no sentido de perceber os trabalhadores para além dos clichês do movimento operário, ideologia ou liderança. Muito comum, essa visão estruturalista pode ser ampliada pela perspectiva da metodologia da micro história italiana de Giovanni Levi (2016) e pela história social inglesa de Thompson (1987) e Hobsbawm (2005).

A passagem do professor Pietro Riva por Caxias entre os anos 1898 e 1900, embora parta de um estereótipo do operário imigrante anarquista ou socialista, foi o ponto inicial em direção a complexidade de relações dos sujeitos frente ao mundo do trabalho local. Marcado por arranjos étnicos, estes sujeitos revelam suas relações e conflitos num contexto de construção de cidadania e luta por condições de trabalho e vida dignos.

O presente trabalho apresentará duas situações e seus desdobramentos, ocorridos na cidade de Caxias do Sul no período da Primeira República e anos iniciais da Era Vargas. A primeira parte trata dos movimentos coletivos empreendidos pelos trabalhadores locais e sua luta pela jornada de trabalho de oito horas. Este empasse trará as articulações entre os operários de diversos setores da nascente indústria caxiense em prol de seus objetivos, que abarcam aspirações nacionais do período. Formações de associações e sindicatos, diversidades étnicas e alianças aparecem como marcas locais destas construções. O segundo caso versa sobre o trabalhador nacional no início da década de 1930. Esta trama é contada pela trajetória de João de Deus e suas tentativas frustradas no mundo do trabalho local,

⁵ Esta visão pode ser encontrada em alguns trabalhos de Rovílio Costa e Luis De Boni (1991) e Vânia Herédia (1997).

revelando as dificuldades e formas de resistências individual, movendo a narrativa da pesquisa em direção ao amplo aspecto de discussão social. O ponto alto da narrativa deste indivíduo ocorre em 1933, anos iniciais da Era Vargas, o que delimita temporalmente a pesquisa. Em termos políticos, poucas mudanças sociais podem ser acrescentadas em relação ao período da República Velha até esta data, de modo que não entraram em discussão pontos como a construção nacional do período varguista nem as questões trabalhistas que poderiam oferecer outra perspectiva ao nosso personagem.

1. Montando o cenário e apresentando os atores

Alguns pontos devem ser ressaltados para contextualizar as tramas apresentadas: a República, a imigração, urbanização e industrialização. As três estão entrelaçadas quando o assunto é trabalho e são fundamentais para entender os sujeitos coletivos ou individuais apresentados na presente pesquisa. Essa é a lição das primeiras páginas da obra *Mundos do Trabalho* de Eric Hobsbawm:

A história de qualquer classe não pode ser escrita se a isolarmos de outras classes, dos estados, instituições e ideias que fornecem sua estrutura, de sua herança histórica e, obviamente, das transformações das economias que requerem o trabalho assalariado industrial e que, portanto, criam e transformam as classes que o executam. (HOBSBAWN, 2015, p. 11)

Os últimos anos do Império o Brasil despede-se do atraso representado pela escravidão promovendo políticas que favoreceram o trabalhador livre, este personalizado pelo imigrante europeu, que traria como “ônus” embranquecer o país. Iniciada no século XIX, a imigração estrangeira, apesar de diminuir, não para no século XX, revelando altas e baixas principalmente no período de I Guerra. Isso torna a discussão étnica presente em toda pesquisa, pois a participação destes grupos é forte nas indústrias e centros urbanos, embora não seja o foco principal deste artigo. Em termos políticos, a articulação das oligarquias agrárias, principalmente paulista, marca a política do período no uso da administração pública.

A cidade de Caxias do Sul, localizada na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, é originária do processo de imigração e colonização italiana de famílias camponesas iniciado na década de 70 do século XIX. As terras foram divididas em pequenas propriedades destinadas à agricultura familiar e de subsistência, ainda que para a região também viessem pequenos artesões e profissionais de diversas áreas. Nas últimas décadas do século XIX, quando havia grandes levas de imigrantes à localidade, há registro de diversas serrarias, ferrarias, funilarias, sapatarias etc⁶, o que permite dizer que, embora o projeto de colonização objetivasse a produção agrícola, muitos destes trabalhadores imigrantes possuíam conhecimento artesanal e fabril. Já na década de 1920 são as Casas de Comércio que prevalecem na economia local, seguidas por moinhos e tanoarias. Na década de 1930 predominam estabelecimentos metalúrgicos, indústria têxtil e indústria de alimentação,

⁶ Livro de registro dos moradores da Sede Dante 1876-1883. In: MACHADO, 2001, p 75.

empregando, cada um dos setores, centenas de operários⁷. Excetuando a indústria metalúrgica, as demais se voltavam para o beneficiamento de produtos agrícolas. Esta visão de que o crescimento econômico de Caxias do Sul se fez da transferência de capital da agricultura para o comércio, e do comércio para a indústria esta presente na bibliografia que se dispõe a acompanhar o desenvolvimento econômico da cidade⁸. Ainda de acordo com estas bibliografias, o personagem central é o imigrante italiano e seu empreendedorismo, agindo na defesa dos próprios interesses econômicos e alcançando atuação política no município.

Em termos de industrialização, Evangelia Aravanis (2010) aponta o caráter artesanal das unidades fabris e artesanais, o grande número de estabelecimentos e uma produção diversificada. Estas pequenas indústrias e oficinas iniciam seus trabalhos atendendo as necessidades de consumo da zona colonial e após consolidada esta posição é que se lançam à outros mercados. A autora chama atenção para estes dois espaços de produção – a oficina e a fábrica – que geram dois “tipos” de trabalhadores: o artesão e o operário da fábrica. Para este artigo, opto por não aprofundar estas diferenças por perceber que no período histórico trabalhado estas diferenças estavam justamente se diluindo. O artesão que domina a técnica aparece na figura do tanoeiro português, que perde o domínio da produção quando o setor vitivinícola avança na introdução do maquinário, impondo as regras de produção fabril e mecanizando o trabalho a ponto de ser dispensável o trabalho artesanal.

Para ampliar as perspectivas desta pesquisa, é importante salientar a presença constante de outras etnias na história local pelos processos de imigração e migrações internas. Na administração pública, por exemplo, o primeiro intendente de origem italiana assumiu o cargo somente na década de 1920⁹. No caso deste artigo, que se atém aos trabalhadores, salientamos o grupo português e o trabalhador nacional. Sendo a elite caxiense formada por italianos e descendentes, é justamente entre os trabalhadores que encontramos outros grupos étnicos. É através dos portugueses que percebemos a pressão coletiva nas questões trabalhistas e é na história de João de Deus que alcançamos o trabalhador nacional.

Inúmeras condições convergem para o crescimento do movimento operário no Brasil da Primeira República, dentre elas a industrialização, responsável por concentrar quantitativamente os trabalhadores, somadas as precárias condições de trabalho da época.

⁷ Censo do Município e Recenseamento Industrial, 1932. In: HERÉDIA, 1997, p. 70.

⁸ Podemos perceber esta visão nas obras consultadas de Herédia (1997) e Machado (2001).

⁹ Trata-se de Celeste Gobbato, indicado pelo Partido Republicano Rio-grandense para o cargo no período de 1924-1928.

Estas lutas coletivas empreendidas pelos trabalhadores não ficaram restritas aos grandes centros urbanos, mas estendem-se ao interior com outras forças, circunstâncias, ações e impacto. Podemos então observar essa realidade em menor escala? Sob que aspectos os acontecimentos passados no interior do Rio Grande do Sul podem ser observados? E o trabalhador de Caxias do Sul, de que modo esteve envolvido nesta teia?

A produção historiográfica sobre a classe operária gaúcha surge com força a partir da década de 1980, focada em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande e privilegiando as bases teóricas do marxismo estruturalista. Nos últimos anos tem ampliando os horizontes para mobilidades, inter-relações, cultura e vida cotidiana. Neste sentido, o deslocamento das pesquisas é da estrutura para a experiência, do movimento operário para o conjunto de trabalhadores da classe operária, do militante para o trabalhador comum (SCHIMIDT, 2005). Nesse espaço que se abre, cabem análises que abarcam etnia, gênero ou que fogem dos centros urbanos, partidos políticos e delimitações político-ideológicas. Este artigo reduz sua escala de análise, não em busca de uma construção da história local e sua relação com a história geral, mas antes

“[...] na reconstrução de momentos, situações, pessoas que, observados com olhar analítico, em um âmbito circunscrito, recuperam um peso e uma cor; não como exemplos, na falta de explicações melhores, mas como referência dos fatos à complexidade dos contextos nos quais os seres humanos agem” (LEVI, 2016, p. 23)

A tarefa de encontrar dados sobre estes trabalhadores envolve inúmeras fontes: livros de registro de empresas e censos demográficos, por exemplo, nos fornecem dados quantitativos relevantes, ainda mais quando se tenta abranger um período longo de tempo. Mas se o interesse é desvendar os processos sociais num plano reduzido é necessário dialogar com outras fontes, como por exemplo, jornais, processos criminais, documentações particulares, entrevistas e correspondências de órgãos públicos. Neste sentido, Hobsbawn afirma:

É importante recuperar o que pudermos sobre o modo como os trabalhadores pobres viviam, agiam e pensavam, e, na medida em que agora está se produzindo uma grande quantidade de história oral, ou mesmo de memórias [...] realmente escritas por homens e mulheres da classe trabalhadora, há uma importante ampliação de nossa perspectiva. (HOBSBAWN, 2015, p. 21)

Embora documentos orais e jornais forneçam dados relevantes, é necessário filtrar o discurso da fonte e procurar contextualizar e analisar criticamente os imaginários e

interpretações sócio-políticas ali expressos, já que é possível perceber os usos e construções da memória e dos discursos políticos – uma vez que muitos dos jornais da época ligam-se a tendências políticas, por exemplo. O trabalho com as fontes orais permite perceber a transformação do objeto de pesquisa em sujeito, que, ao chocar-se com a produção historiográfica, fornece diferentes olhares e experiências, acabando por distanciar as abordagens generalistas.

É justamente nas fontes orais e jornais que encontramos os personagens da presente pesquisa e conseguimos fazer observações sobre seu modo de vida, suas percepções, o porquê de determinadas ações etc. Há documentação pública e particular disponíveis sobre algumas associações, em geral cooperativas e mutualistas, contando inclusive com número de associados, atas e estatutos. Das associações de classe não restou nada de produção própria, como jornais ou boletins.

Cabe ressaltar a existência de inúmeras associações mutualistas como círculos operários, associações beneficentes e de mútuo socorro em Caxias do Sul desde sua colonização. Amplamente abordadas na tese de Silva Junior (2004), formam os primeiros espaços de agregação e proteção de artesãos e trabalhadores urbanos, principalmente. O autor aponta para a existência de nove mutuais desde a colonização no município de Caxias até a década de 1940. Podemos citar, como exemplo, a *Principi di Napoli*, com mais de cem sócios ainda no século XIX (SILVA, 2014, p. 78, 102). As cooperativas também estão presentes e tem ligação com a vitivinicultura, principalmente após o ano de 1912, quando há incentivo por parte do governo para seu desenvolvimento. A ação conjunta entre o poder público e as classes produtoras na “questão do vinho” previa a diversificação e modernização da vitivinicultura além de “realizar a centralização vinícola, aumentar a produção e suplantando o artesanato doméstico por formas mais aperfeiçoadas de fabricação do vinho” (MACHADO, 2001, p. 200). O cooperativismo entrou em declínio ao ser combatido pelos comerciantes exportadores e cantineiros que se recusavam a abrir mão do controle que exerciam sobre a produção doméstica.

Além do setor vitivinícola, o movimento cooperativista abrangia outras áreas, como é o caso da cooperativa dos carpinteiros, cuja fundação remota ao ano de 1912. É interessante perceber que dentre as associações sindicais ativas na década de 1920 figurava o Sindicato dos Carpinteiros, Marceneiros e artes correlatas e que provavelmente se manteve ativo durante toda a década de 1910, já que encontramos referências a esta associação também em

jornais do ano de 1914. Embora vá além deste trabalho responder sobre possíveis ligações entre as associações mutualistas, cooperativas e de classe, ou a influência de uma sobre a outra ou o possível percurso de trabalhadores entre elas, a questão segue aberta pra futuras pesquisas. No entanto, podemos afirmar que estes três tipos de associação são exemplos de organização de trabalhadores em torno da vida laboral, como nos aponta Benito B. Schmidt e Sílvia Regina F. Petersen (2004, p. 212) “[...] a história dos operários no RS [...], consistiu em grande parte, na história de seus esforços para criar instituições – mutuais, ligas, uniões, sindicatos e partidos – que expressassem sua identidade de classe...”

Já as associações sindicais, que vão se formando no decorrer das décadas de 1910 e 1920 apresentam propostas e pautas distintas das associações acima citadas. Organizam-se em torno de problemáticas relacionadas às condições de trabalho, como é o caso da jornada de oito horas. Cabe aqui a formulação de perguntas que conduzam a pesquisa para além das problemáticas locais, mas também, para longe das generalizações próprias de quem estuda os trabalhadores no período: trata-se de trazer o indivíduo e as situações sem renunciar aos problemas mais gerais que os acompanham. O mesmo ocorre com o caso de João de Deus, embora distanciado no tempo e espaço das ações coletivas locais. Como podemos compreender o contexto e as ações deste indivíduo sem o isolarmos em sua trajetória? O último caso que este artigo aborda pode ser visto como um desdobramento do período intenso em torno das lutas trabalhistas das primeiras duas décadas do século XX. A discussão sobre o trabalhador nacional nas ex-colônias italianas articula-se melhor nas discussões nacionalistas e trabalhistas do período seguinte. Entrar na década de 1930 é prelúdio para irmos mais fundo na discussão que envolve etnia, trabalho e formações sindicais se ao menos pudéssemos ultrapassar, nos casos apresentados, o marco temporal do Governo Provisório de Vargas.

2. Bastam 8 horas de trabalho! – trabalho, etnia e ações coletivas na ex-colônia Caxias.

A década de 1920 pareceu bastante agitada em termos de mobilização local. Anteriormente Até este ano são contabilizadas as seguintes associações sindicais, que permaneceram vigentes até a década de 1930: *Sindicatos dos Carpinteiros, Marceneiros e artes correlatas, Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato dos Tanoeiros, A Libertadora* (associação de classe dos tanoeiros), *Sindicato dos Trabalhadores em Couro, Sindicato das Operárias*. Destas entidades, o *Sindicato dos Tanoeiros* aparece como filiado à *Federação Operária do Rio Grande do Sul* (FORGS) no ano de 1913. Há ainda referências ao Sindicato de Ofícios Vários, que agrega algumas das associações já existentes, além de possuir uma

sede social, ministrar cursos e fazer frente reivindicações e ações trabalhistas que, em consonância com as demandas do período, trazem as discussões ligadas principalmente à jornada de trabalho. O *Sindicato de Ofício Vários* teve representação no 2º congresso operários da FORGS no ano de 1920 (PETERSEN, 1992, p. 168, 226). Em 1928 foi organizada a União Operária, que buscava conglomerar os operários de diversos setores. A década de 1930 traz a criação da União Sindical, na sindicalização proposta no período varguista.

Destas associações de existência efêmera, poucas receberam bibliografia e recuperação de memória histórica, o que é o caso das associações lusas A Libertadora e Sindicato dos Tanoeiros. As fontes e dados para o estudo dos tanoeiros em Caxias concentram-se em grande parte na dissertação de Cleci Eulália Fávero Klein¹⁰, que aborda a imigração, o estabelecimento e o trabalho da comunidade portuguesa em Caxias do Sul. A pesquisadora afirma que a primeira leva de imigrantes chega em 1911 e estabelecem-se numa mesma região - o bairro lusitano – próximos a estabelecimentos vinícolas. A vinda à Caxias atendeu as demandas do setor vitivinícola diante do aumento das exportações e da necessidade de fabricar vasilhames adequados para o armazenamento e transporte do vinho. Os portugueses a chegar logo chamaram outros, principalmente familiares, num movimento migratório típico.

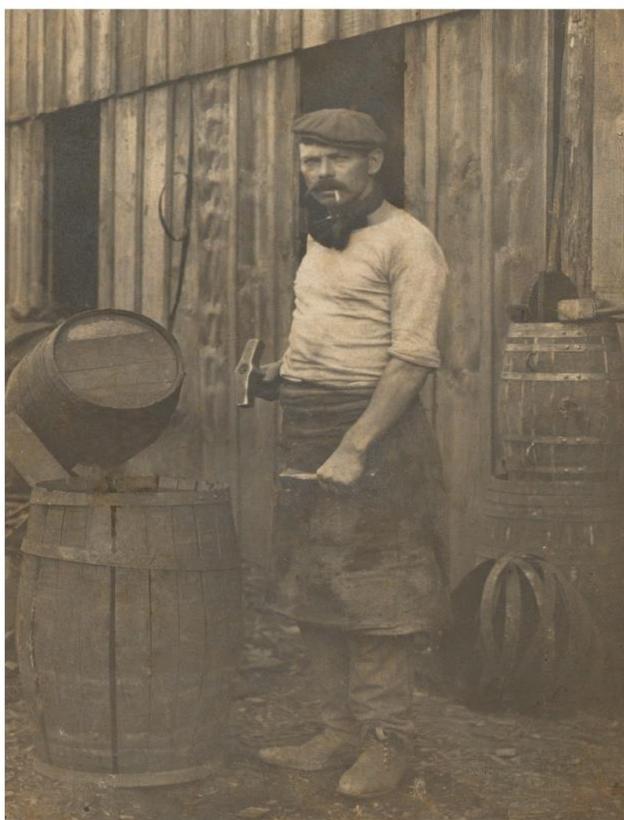
O objetivo geral da dissertação de Klein (1984, p. 12) segue duas vias: recuperar a memória histórica do grupo luso e “contribuir para o estudo da compreensão de uma fase do processo histórico rio-grandense, sob enfoque do movimento operário”. A análise busca compreender a evolução econômica do setor vitivinícola opondo força de trabalho e acumulação capitalista, situando neste contexto a formação do bairro Lusitano. A dissertação também discute a sindicalização, condições de trabalho, jornada, técnicas de produção, salários, etc. Utilizando diversas fontes, cabe ressaltar os testemunhos orais relativos às décadas de 1920 e 1930 feitos pela autora e outros disponibilizados ao pesquisador pelo Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul. Os depoimentos são organizados em quatro linhas: o homem, relações de produção, relações sociais e étnicas, movimento associativo. A pesquisa estabelece diálogo com a produção historiográfica que discute a história econômica, demográfica e sociológica, ligadas as correntes de inspiração marxista. Logo, o modo como

¹⁰ KLEIN, Cleci Eulália Fávero. De bairro Lusitano à Zona Tronca: a presença dos portugueses em Caxias do Sul (1911-1931). Dissertação, PUC-RS, 1984.

Klein articula as fontes é para compreender as relações estruturais entre trabalho e capital, deixando pouca margem para os discursos que aparecem nas entrelinhas.

A memória destas associações portuguesas pode ser contada pelo tanoeiro Antônio Mano¹¹. Mano migrou de Portugal ao Brasil aos 5 anos de idade, segundo conta, por ocasião da I Guerra Mundial. Seu pai, Guilherme Mano já estava em Caxias do Sul desde 1911 e foi um dos primeiros portugueses a trabalhar no ofício na cidade.

Imagem 1:



Guilherme Mano na tanoaria da Vinícola Antunes.
Caxias do Sul, ca. 1915.
Autoria: não identificada.
Acervo particular de Isaura Mano Bonho.

Inicialmente, o trabalho era no concerto dos vasilhames de vinho que vinham importados de Portugal e Itália e em Caxias eram reutilizados pelos cantineiros. Com o tempo, o setor passou a produzir seus próprios barris atraindo a mão de obra especializada que se encontrava espalhada em cidades como Porto Alegre, ou que vinham da região D'ouro em Portugal. Logo que chegam à Caxias, Guilherme Mano e os outros portugueses fundam uma

¹¹ MANO, Antônio. Depoimento [Caxias do Sul, 08 de agosto de 1983] Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Entrevista concedida a Anelise Cavagnolli.

associação que, cruzando dados da entrevista e jornais, possivelmente seja *A Libertadora*, embora Antônio faça referência somente como associação dos tanoeiros.

Os encontros da associação ocorriam na casa de um dos tanoeiros, inclusive na casa de Antônio e de seu pai Guilherme, mesmo não fazendo parte da diretoria. Na sua fala, Antônio relata a apreensão por parte da comunidade italiana em relação à associação lusa. As desconfianças teriam início com a bandeira, vermelha, erguida pela associação em pleno ano de 1917 e na confusão de caracterização: “...aqui alguns patrões de descendência italiana achavam que aquilo [a associação] era de uma maçonaria”. E prossegue: “um português queria que botasse um malho e um pedaço de ferro que nós chamávamos de ‘chaço’, então queria que fosse entrelaçado um malho e o chaço [...] então parecia a foice e o martelo da Rússia, aquilo era a mesma coisa que botar foice e o martelo”¹².

Quando questionado sobre questões ideológicas, Antônio relata que os portugueses discutiam mais sobre religião, influenciados pelo poeta português Guerra Junqueiro¹³. No sol do meio dia, no intervalo entre os turnos de trabalhos, os portugueses se reuniam “mas até o meio dia tu não estava dizendo que Deus não existe? Eram mais aquelas discussões sobre religião do que de classe”¹⁴. A fala de Mano é menos perpassada por questões ideológicas do que discussões que envolvem etnia como força de coesão entre os trabalhadores tanoeiros:

[...] mas houve lá quem quis botar Associação Portuguesa dos Tanoeiros. Uns estavam de acordo, outros que a descendência não tinha nada que ver com aquilo lá. Que se tinha muitos que eram portugueses, também tinham muitos que se quisessem ou não também eram brasileiros, que eram descendentes de italianos, alguns aprenderam a tanoaria com os portugueses, com os primeiros que vieram, que ensinaram para alguns¹⁵

Porém, quando a discussão envolvia a questão profissional, Mano dá outra distinção: os italianos não eram considerados tanoeiros, mas sim, fabricantes de pipa. Tanoeiros eram os portugueses, que dominavam a técnica de produção: “O Bianco [Guerino Bianco, de descendência italiana] não é considerado para nós tanoeiro. Eles são fabricantes de pipa, é diferente”¹⁶. Cabe dizer que as “pipas” de vinho são vasilhames que se diferenciam dos fabricados pelos portugueses somente no tamanho. Por este motivo, Mano diz que poucos

¹² Depoimento de Antônio Mano.

¹³ Guerra Junqueiro (1850-1923) foi um poeta, prosador, jornalista e político português. Foi um destacado escritor do Realismo, movimento literário que reproduz a ação social e política da segunda metade do século XIX.

¹⁴ Depoimento de Antônio Mano.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

italianos aderiam às greves promovidas pelos portugueses no período. O que a memória de Mano registra merece atenção nas entrelinhas. Neste ponto, podemos formular algumas questões: em que medida a etnia funcionava como fator de coesão entre estes trabalhadores? Quais seus limites na prática? Num momento de ação coletiva, qual era a funcionalidade ou o entrave que este fator produzia? Fora do quadro étnico e tomando em conta os pressupostos teóricos: em que medida os portugueses podem ser entendidos como uma classe, como sugere Klein em sua dissertação? Quais as intenções e propósitos que a forjaram? O domínio da técnica, a reprodução social e o enquadramento étnico podem nos fornecer respostas? Mesmo não sendo o objetivo de abordagem deste trabalho, estas questões podem ampliar a perspectiva de estudo em torno da discussão desta categoria de análise histórica.

Podemos ter uma pista para estas discussões através dos discursos produzidos. Analisemos o extrato de seu estatuto, publicado no jornal *A Federação*, edição nº 296. *A Libertadora* tinha como finalidade a defesa dos interesses econômicos de seus sócios, mas também “realizar preleções e conferências sobre assuntos de economia e reforma social, ou sobre qualquer outros problemas ou questões que interessem à vida e educação moral e coletiva dos sócios ou da classe...”¹⁷. Sobre as referências à “classe”, o estatuto anuncia a publicação de folhetos e manifestos sobre “deveres e reivindicações de classe, ou jornal para defesa de seus direitos...”¹⁸. Há uma distinção feita entre “sócios” e “classe”. Podemos tomar por classe, neste caso, o conjunto de indivíduos que partilhavam o conhecimento das mesmas técnicas de produção, processando-as enquanto identidade? Ou pensamos que classe, neste caso, faz referência aos trabalhadores em tanoaria e “sócios” aos demais membros, como mulheres e pessoas próximas a estes trabalhadores? Nesta longa discussão que se abre cabe ressaltar as palavras de Thompson (1987) que define classe como uma relação e não uma estrutura ou categoria, ocorrendo efetivamente como “algo fluido, que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura” (THOMPSON, 1987, p. 10). Ou seja, o que podemos fazer é perceber os discursos e as ações protagonizadas pelos tanoeiros no coletivo.

A Libertadora foi dissolvida no ano de 1921, todavia, em 1928 os tanoeiros fundam a *Associação dos Tanoeiros*. Seu ofício entra em declínio com a industrialização e a modernização do setor vitivinícola, que tornou desnecessária a mão de obra especializada. A

¹⁷ Jornal *A Federação: Orgam do Partido Republicano*. Porto Alegre, 24 de dezembro de 1917, edição 296. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> > Acesso em setembro de 2017..

¹⁸ Idem.

legislação sobre o vinho também ajudou a concentrar a produção nas empresas maiores: ao substituir barris por garrafas de vidro, por exemplo, as despesas com engarrafamento, transporte e distribuição inviabilizou a produção do pequeno produtor. Aqui cabe levantar outra questão: de que forma estes operários sentiram a desintegração de sua profissão? Como lidaram com o fim da necessidade da mão de obra especializada?

De fato, as entidades dos tanoeiros merecem atenção especial. Primeiramente porque o grupo contraria a ideia de homogeneidade étnica local por sua origem lusa. Depois, porque diferente das outras associações de trabalhadores que se formaram no período, possuíam na tanoaria um ofício especializado, do qual dominavam e reproduziam a técnica. Esta visível união da categoria pode se forjar como resultado destas experiências articuladas em identidade e por fim, expressa na formação de associações. A participação portuguesa na organização operária caxiense no período é incontestável. Mas, para além da cortina étnica e profissional, qual a relação destas associações com as demais associações que se formam no período? Houve organização do operariado caxiense em torno de pautas trabalhistas?

No jornal *A Tribuna* de agosto de 1920, a primeira página traz o título “Em Defesa dos Operários: Bastam 8 horas de Trabalho”. Em tom crítico, a reportagem inicia dizendo que:

todos estão prontos para lisonjear seus patrões, cortejar os felizardos que fizeram fortunas de um dia para o outro, mas ninguém se lembra do operário que trabalha 9, 10, 11 horas por dia, explorado pela ganancia, sem instrução, sem conforto, sem descanso!¹⁹

Na segunda página do periódico é noticiada a greve na fábrica de balanças Ário Zanelato e Bertoni, em solidariedade à demissão de um fundidor, chamado Carlos Danielson, sem que se pagasse o salário do mês. O jornal informa sobre um boletim distribuído pelos grevistas que denunciam a irregularidade nos pagamentos. Na edição seguinte é informado que os operários metalúrgicos, em apoio, “estão se cotizando para auxiliar os companheiros que ainda se mantêm em greve”²⁰. Esta notícia é particularmente relevante para montar um cenário em torno desta reivindicação.

¹⁹ Jornal *A Tribuna – Folha Independente*. Caxias do Sul, 26 de agosto de 1920, edição nº 5. Disponível em: < <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid> > Acesso em setembro de 2017.

²⁰ Jornal *A Tribuna – Folha Independente*, 30 de agosto de 1920, edição nº 6. Disponível em: < <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid> > Acesso em setembro de 2017.

Em outra edição²¹, o jornal relata a organização entre os trabalhadores caxienses em sua sede social, sendo esta uma das únicas pistas sobre sua organização interna. Além da existência da sede, percebemos um grau relevante de arranjos, como a ministração de aulas no Centro de Estudos Sociais, reuniões divididas por categorias de trabalho, festas e discursos onde se reuniam homens e mulheres e um sindicato de operárias²². Os problemas discutidos nas conferências são justamente a luta pela jornada de 8 horas e a carestia de vida.

A ligação entre estes sindicatos começa a ganhar contorno. Na edição do dia 08 de novembro de 1920 o jornal anuncia o início de uma greve por jornada de trabalho. O movimento começa na carpintaria de Carli, Cyrillo e Cia, entre os tanoeiros. O motivo é a diminuição da carga horária de 10 horas sem diminuição de salários. Em reunião no sindicato de Ofícios Vários, os grevistas comprometeram-se a boicotar a empresa. A reportagem finaliza afirmando que os operários de outras empresas provocarão um movimento para a obtenção de 8 horas de trabalho nos próximos dias²³. O jornal *O Brazil*²⁴ informa greve causada pelo aumento da jornada de oito para dez horas e o não recebimento pelas duas horas a mais, sendo notícia também em um boletim distribuídos pelos operários em greve, assinado pelo Sindicato de Ofícios Vários, dos Carpinteiros, Metalúrgicos, Sindicato dos Operários em Couro, e Sindicato das Operárias.

O jornal *A Tribuna* encerra suas atividades, ou, pelo menos, não há mais exemplares disponíveis, enquanto o jornal *O Brazil* não traz mais notícias sobre o movimento em suas páginas. A parti daí, algumas questões podem ser feitas. A primeira é: qual o alcance destas paralizações e qual seu desfecho? Há algumas hipóteses: a falta de fontes não permite concluir sobre o impacto, organização e proporção que as organizações trabalhistas tiveram no período. Segundo, que estes movimentos de fato foram restritos a algumas empresas ainda que se procurasse congregar diversas associações em torno de uma pauta comum. Ainda que

²¹ Jornal *A Tribuna – Folha Independente*. 1º de novembro de 1920, edição nº 8. Disponível em: < <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid> > Acesso em setembro de 2017.

²² A referência a um sindicato de operárias chama atenção, pois destoa da predominância masculina em toda a pesquisa. Infelizmente não foram encontradas fontes além das apresentadas. “Quem eram estas mulheres?” parece uma questão perdida no tempo, nos arquivos e nas memórias, ainda mais quando tratamos de mulheres trabalhadoras. O silenciamento é uma barreira que vem sendo ultrapassada por inúmeras pesquisas que trazem gênero como categoria de análise. Em termos de historiografia local, é necessário citar o livro *Mulheres Sem Rosto*, de Maria Abel Machado (Caxias do Sul, RS: Maneco, 1998) que rememora as operárias da metalúrgica Eberle.

²³ Jornal *A Tribuna – Folha Independente*, 8 de novembro de 1920, edição nº 20. Disponível em: < <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid> > Acesso em setembro de 2017.

²⁴ Jornal *O Brazil – Orgam do Partido Republicano*. Caxias do Sul, 13 de novembro de 1920, edição nº 43. Disponível em: < <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid> > Acesso em setembro de 2017

houvesse uma sede social ou aulas de estudos sociais, é frágil qualquer afirmação sobre estas associações. Neste emaranhado de questões, uma saída é parece certa: o movimento perde força nos anos seguintes da década de 1920, revigorando-se em 1928. O que acontece neste intervalo aos operários e associações não está claro, mas sabemos que todas estas entidades voltam a se unir pelo mesmo motivo: a jornada de oito horas de trabalho.

Os tanoeiros de várias empresas assumiram a linha de frente da reivindicação, fazendo um movimento forte a ponto de o intendente municipal requisitar o envio de 50 praças da Brigada Militar²⁵ para a cidade. O que aconteceu foi que, ao mesmo tempo em que os tanoeiros estouram a greve os operários de outros setores criam a União Operária. É interessante constatar que ao fim da década de 1920 a indústria local vai ganhando contornos. Antes composta por pequenas fábricas e oficinas dedicadas aos insumos coloniais e a produção para o mercado local, o fim da década amplia este horizonte em direção a industrialização verificada das décadas subsequentes. Ao passo que cresce a industrialização, cresce também o contingente de operários e suas demandas. Essa história é contada por um dos dirigentes da União Operária, Agenor da Silva.

Original de Santa Maria, cidade localizada no centro do Estado do Rio Grande do Sul, Silva presenciou com a atenção a greve no setor ferroviário no ano de 1917: “então, com aquele movimento, aquela greve, eu prestei atenção naquilo,[...] eles venceram, adquiriram, obtiveram o que desejava. [...] eles, os operários, tinham sua respectiva organização”²⁶. Com esta experiência e já em Caxias, conheceu alguns operários carpinteiros, pedreiros e metalúrgicos e ao passo de alguns anos, fundam a União Operária. Silva relata que em companhia de outros operários, foi lançado um boletim convidando para uma reunião de trabalhadores que ocorreria em um parque da cidade, objetivando “especialmente, que era muito debatido, o horário de oito horas²⁷”. Para aquele espaço público teria comparecido uma média de 300 trabalhadores de diversos setores. No entanto, a reunião não terminou bem: foram surpreendidos pelas forças policiais e alguns trabalhadores foram presos, interrogados e depois soltos. Silva relata que esse acontecimento se deu ao mesmo tempo em que ocorria a greve dos tanoeiros, a qual os membros da União Operária “de olhos arregalados.” Além disso, dá indícios sobre a unidade dos trabalhadores relatando o contato entre a União

²⁵ Relatório da Intendência Municipal, 1924-2918. Disponível em: < <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid> > Acesso em setembro de 2017

²⁶ SILVA, Agenor. Depoimento. [Caxias do Sul, 1984] Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Entrevista concedida para Lílina Alberti Henrichs.

²⁷ Idem.

Operária recém fundada, os trabalhadores de diversos setores e os tanoeiro, dizendo inclusive que todos frequentavam a sede dos portugueses, localizado no antigo *Clube Lusitano de Futebol*.

A barreira étnica entre os portugueses e os demais trabalhadores parece menor ou talvez, transparece na fala de Silva um diálogo entre os diversos coletivos e indivíduos. Há também um novo elemento: o clube de futebol como espaço de agregação de discussão entre trabalhadores, oferecendo perspectivas de pesquisas futuras sobre sociabilidade, lazer e cultura entre estes trabalhadores. Mesmo assim, os portugueses tanoeiros ainda agem de forma independente, o que mais uma vez aponta para sua unidade enquanto artesãos, ameaçados pela desenfreada e inevitável industrialização. Mas há solidariedade, conversa e possivelmente concordância nas reivindicações e nos espaços.

Após a tentativa frustrada no parque, rearticularam-se, escreveram boletins convocando uma reunião na sede do Lusitano, e daquela vez compareceram cerca de 800 operários e estava fundada a União Operária, com reuniões quinzenais na sede no *Lusitano*. Destas memórias, outros pontos merecem destaque. Silva relata que a fundação da União Operária contou com a convivência e presença do subchefe de polícia do Estado, Odone Cavalcanti. Questionado pelo interlocutor, Silva relata não estranhar este fato, já que o objetivo da União era a luta justa pelos interesses dos operários, e não um movimento subversivo. Não queriam ser tachados de maus elementos, nem se indispor com os empregadores ou com a administração pública.

A questão da greve protagonizada pelos portugueses em 1928 foi tratada em acordo entre as partes, mas ao que parece, ainda não havia sido encontrada uma solução definitiva. Em ofício, a empresa De Carli e Paganeli acertara as 8 horas de trabalho, com um adendo:

[...] a principiar do dia 5 do mês diante, somente consentirá que os seus tanoeiros trabalhem 8 horas. Entretanto avisa que tal horário torna-se prejudicial porque desorganiza pela sua disparidade as demais indústrias que tem no mesmo recinto; por este motivo reserva-se o direito de alterar este horário logo que pretender dar nova organização às demais indústrias e que as suas necessidades assim o requerem.²⁸

Percebemos que acertar sobre a jornada de trabalho ou qualquer outro interesse que parte dos trabalhadores foi conflituoso. Estes industriais revelam uma forte unidade através da

²⁸ CAXIAS do Sul, Fundo Gabinete do Executivo, correspondências referentes às associações sindicais. Associação dos Tanoeiros, 1928-1933.

Associação do Comerciantes, fundada em 1901, possuindo força política suficiente na defesa de seus interesses ao longo dos anos no município. Suas articulações visavam, se não a inserção de seus membros nos quadros políticos, pelo menos uma pressão incessante sobre o poder público municipal e também estadual no atendimento às necessidades da nascente indústria. Essa pressão é clara principalmente no nicho da vitivinicultura, que foi por muito tempo o carro chefe da economia local.

As questões que envolvem os trabalhadores, como a jornada de trabalho, só serão resolvidas com a aplicação das leis trabalhistas do período varguista. Mesmo fugindo do período temporal estabelecido no trabalho, podemos enumerar algumas questões que surgem nesse novo cenário: qual o nível de ação destas associações com lei da sindicalização? Estes sindicatos voltam a agir de forma unificada como se verificou na década de 1920? A presente pesquisa se encerra neste marco, e daí por diante só restam questões que devem ser lidas à luz de outro contexto.

3. João contra todos: a trajetória de um trabalhador “brasileiro”

A última parte do trabalho se diferencia em termos de abordagem teórica e de objeto de estudo: João de Deus matou a golpes de faca Orestes Manfro, gerente do Lanifício São Pedro. A motivação do crime não mereceu nenhuma dúvida do jornal, dos funcionários do Lanifício, da comunidade de Galópolis, dos advogados de acusação nem da defesa; João de Deus matou porque o gerente do Lanifício recusou emprego a ele em diversas ocasiões. O motivo: João era *brasileiro*, termo pejorativo pra se referir a indivíduos que não compartilhavam a descendência europeia comum nas antigas colônias italianas. Mas o que a trajetória de um único indivíduo pode nos revelar sobre os mundos do trabalho ou sobre a sociedade do período? Podemos, a partir deste caso, pensar sobre o trabalhador nacional nas antigas colônias italianas, incluindo nesta análise o amplo cenário nacional? Em que medida a história de João de Deus se une o se afasta das experiências coletivas?

Para fazer esta discussão, o básico é nos atermos aos preceitos metodológicos da micro-história, que propõem que “a observação microscópica revelará fatores previamente não observados”, refletindo sobre a possibilidade de conhecimento histórico através de vários indícios, sinais e sintomas (LEVI, 1992, p. 139, 154). Podemos encontrar a partir de nosso objeto de estudo, inicialmente imperceptível, toda gama de acontecimentos que o envolve e desta forma interpretamos o sujeito em relação ao seu tempo e contexto. As respostas para as

perguntas que envolvem o crime se estendem até fecharmos o círculo de relações, circunstâncias e conjuntura que envolvem o caso.

O Lanifício São Pedro fica na localidade de Galópolis, interior de Caxias do Sul e a história de sua fundação tamanha proximidade com a temática deste artigo que bem poderia tratar-se de mais um subcapítulo sobre os trabalhadores de Caxias. Inicialmente chamada de Cooperativa Societé Tevere iniciou suas atividades em 1894²⁹, movida por antigos operários do Lanifício Rossi, na cidade de Schio, província de Vicenza, norte da Península Itálica. Por ocasião de uma greve motivada por questões salariais, um grupo optou por se transferir para o Brasil. De acordo com Emilio Franzina:

(...) a emigração de muitos operários do Lanifício Rossi de Schio e arredores em direção ao Brasil (Rio Grande do Sul) e, em seguida, de suas famílias foi facilitada pelo próprio Rossi, o que ocorreu sobretudo após a derrota sofrida pelos têxteis em greve, entre 17 e 20 de fevereiro, em um número realmente considerável (cerca de 4.300) para defender os antigos níveis salariais corroídos por uma notável diminuição decidida pela direção. Alguns núcleos de imigrantes de Schio constituíram no Brasil uma empresa têxtil ainda hoje em plena atividade e que nasceu como uma iniciativa cooperativista” (FRANZINA, 2010, p. 54).

Ao se estabelecerem em Galópolis, no ano de 1891, surge a ideia de fundar um lanifício em forma de cooperativa, tendo um destes italianos voltado à Itália para comprar teares para o novo empreendimento. A cooperativa foi comprada em 1904 por Hércules Galló que a colocou entre as maiores industriais têxteis do estado já em sociedade com a Chaves e Almeida. Após a morte de Galló e a compra total das ações pela família Chaves Barcelos na década de 1920, quem assumiu totalmente a gerência do lanifício foi Orestes Manfro, até o ano de sua morte, em 1933.

A notícia ganha a primeira página do jornal *O Momento*, que saiu no dia seguinte ao assassinato e lança o motivo do crime: “tendo levado a efeito o bárbaro crime pelo simples fato do Sr. Manfro não o haver admitido como operário da fábrica”³⁰. Dias depois, o jornal publica em encarte especial um depoimento onde de João de Deus Pereira Filho, já capturado e interrogado, conta sua história. Relata ser natural de Gravataí, onde foi criado pelo padrinho Manuel Cirino Mendes. Ainda criança, porém, mudou-se para Bom Jesus, “trabalhando na taipa e serviços de lavoura e campo”. Anos antes do assassinato, rumou à Porto Alegre onde

²⁹ Livro do Tombo da Paróquia de Galópolis, 1936. p. 1. In: MILANO, 2010, p 76.

³⁰ Jornal *O Momento* – Folha Independente. Caxias do Sul, 8 de junho de 1933, edição nº 17. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid>> Acesso em setembro de 2017.

conheceu seus pais biológicos e trabalhou em algumas empresas; serviu em São Gabriel até ser excluído por conclusão de tempo. Nunca havia sido fichado, alegava não ter “vício algum”³¹.

Um ano antes de ter assassinado Orestes Manfro, o “brasileiro” João ruma a Galópolis, onde reside na casa de diversos moradores, prestando serviços, como jornaleiro, pedreiro e pintor. Podemos aqui supor que havia nichos de trabalho disponíveis e que João procurou se inserir na comunidade de Galópolis de diversas maneiras, contando, inclusive, com a hospedagem na casa de moradores locais. Mas não conseguiu se inserir de forma a se estabelecer naquele local, contentando-se com empregos pouco estáveis. A chance de se estabelecer naquela próspera vila industrial era o Lanifício São Pedro. João, neste meio tempo, conta que ao menos cinco vezes dirigiu-se à Manfro pedindo-lhe emprego na fábrica. Na última vez, ele questiona o porquê de Manfro “empregar tanta gente e ao depoente não. Pediu-lhe mesmo que dissesse se tinha más informações do depoente”. No dia do crime, João teria saído da casa de Giacomo Menegotto onde se hospedava e indo até a casa de outro morador local, Antônio Rigon, para tratar de trabalho. E foi nesse meio tempo que teria avistado Manfro encontrando-o perto da fábrica e praticando o crime. Logo após, João de Deus ruma a pé, seguindo a linha férrea até Gravataí e depois, até o estado de Santa Catarina, onde recebe voz de prisão na cidade de Araranguá.

De acordo com as informações constantes nos jornais do período, João de Deus é condenado no ano de 1933 a 25 anos de prisão. O jornal *O Momento* encarregou-se de narrar todo o processo de julgamento de João de Deus, expressando seus pontos de vista e destacando o que mais lhe convinha. A defesa alegou perturbação dos sentidos e também fez um *apelo patriótico* apreciando as alegações de João de Deus, de que *Orestes empregava tudo quanto era italiano, negando-se a dar serviço aos brasileiros*³². O jornal avalia que estas alegações difamam e buscam gerar revolta contra a pessoa de Manfro. Podemos supor que o *apelo patriótico* discutia a questão do trabalhador nacional (aqui interpretado como o não imigrante ou não descendente) no contexto das ex-colônias italianas, mas essa resposta certamente se encontra no processo crime, que não foi localizado até a finalização deste trabalho. Podemos reconhecer esse fragmento de discurso somente como um indício que nos

³¹ Jornal *O Momento* – Folha Independente. Caxias do Sul 20 de julho de 1933, edição nº 23. Disponível em: < <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid> > Acesso em setembro de 2017.

³² Jornal *O Momento* – Folha Independente. Caxias do Sul, 04 de setembro de 1933, edição nº 29. Disponível em: < <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid> > Acesso em setembro de 2017

fornecerá pistas sobre a discussão étnica que, inevitavelmente, se apresenta a todo o momento quando abordamos a região de colonização italiana do Rio Grande do Sul.

Num primeiro momento, ao cruzar algumas fontes, pode parecer que estamos diante de um caso que envolve um trabalhador negro tentando se inserir numa comunidade do interior de Caxias, mas temos dificuldades em afirmar esta prerrogativa. Podemos assumi-la somente enquanto um indício que move a pesquisa em direção ao trabalhador nacional. Uma das dificuldades para tratar o tema é o apagamento que a Primeira República promoveu como resolução para a questão. Como mencionado por Sidney Challoub e Silva (2009), o “paradigma da ausência” que discute os entraves entre a história da escravidão e a história dos trabalhadores livres pode ser estendido para compreender outras práticas do período republicano, como no caso, a ausência de registros sobre raça ou etnia dos indivíduos. A título de comparação, uma pesquisa que consegue unir trabalho e etnia, embora não seja este seu principal foco, é a que está no livro *Pobres Construtores de Riqueza*, de Valentin Lazzarotto (1981, p. 93, 97). Ele analisa a mão de obra na metalúrgica Eberle e encontra somente um negro fichado na metalúrgica até o ano de 1943. Quando o autor entra na década de 1950 e registra as cidades de origem dos trabalhadores negros da Eberle, lança os seguintes dados: 33% provenientes de Caxias do Sul, em média 13% de Vacaria e São Francisco de Paula e 7% de Bom Jesus, entre outras cidades. Na dissertação de Anthony Beux Tessari, também sobre a metalúrgica Eberle, em que é feita a análise de fotografias desde a fundação da empresa, o autor sinaliza a presença negra em inúmeras fotografias.

Ora, se pelo lado do registro, do que é oficial, não possuímos nada, a micro história permitiu resgatar outras fontes de informação sobre aquele cenário, como os depoimentos orais, fotografias, jornais, correspondências pessoais, etc. Fazendo uso de fontes orais a pesquisadora Vânia M. Herédia ao analisar a força de trabalho nas diversas fases da empresa lanífera, aponta que toda a comunidade de Galópolis estava envolvida com a fábrica, mas não só isso:

O modelo de trabalho, a tarefa especializada, a organização do trabalho eram repassados pelos pais aos filhos, transformando-se na identidade social do grupo. [...] muitos mostravam boa vontade de aprender, outros eram carregados pelos pais para trabalharem, pois filho de operário conseguia colocação direta. [...] a maioria dos trabalhadores eram filhos de imigrantes”. (HERÉDIA, 1997, 160)

A colocação de que os filhos dos operários conseguem aceitação dentro da empresa denunciam as relações paternalistas no Lanifício de Galópolis, destacando que as contratações

eram feitas sempre pelo gerente e que um dos critérios adotados na escolha de novos operários era a preferência por pessoas que tinham parentes da fábrica. É fácil deduzir daí a preferência que se fazia pelas pessoas da comunidade e da mesma origem étnica. O mencionado estudo não faz referências à questão étnica envolvendo o trabalhador nacional, somente em relação à população imigrante e descendente, quando a autora salienta a presença de alemães, austríacos e poloneses. É interessante notar que Herédia também faz uso do termo *brasileiro* quando se refere ao trabalhador que não é descendente de imigrantes: “[...] os *brasileiros* eram proveniente de São Francisco de Paula”. O uso deste termo significa que Herédia utilizou o discurso da fonte sem problematizá-la. Ela não questiona, por exemplo, a posição dos atores sociais e o que o termo significa para este grupo. Para averiguar estas e outras as informações referentes à mão de obra no lanifício, são necessárias a relação de empregados, cuja documentação foi não encontrada no Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul.

Porém, foi encontrado um livro de registro de salários dos funcionários dos anos de 1930 e 1931, contendo o nome, o salário pago por dia e os dias trabalhados em cada quinzena. Este livro de registros não contém dados como idade, origem, nacionalidade ou etnia dos empregados, mas é possível fazer alguns apontamentos pelos sobrenomes registrados. Ao analisar o mês de novembro de 1931, percebemos que inúmeros sobrenomes se repetem ao longo das seis seções analisadas: tecelagem, fiação, apresto, malharia, usina e caldeiras. A família Comerlatto, por exemplo, contava com 6 membros, entre homens e mulheres, que trabalhavam no Lanifício. O mesmo acontece com a família Orlando, Belló e Furlan, cada qual contando de 3 a 6 funcionários contratados pela empresa. Aparecem sobrenomes distintos daqueles de origem europeia, como é o caso do Oliveira, com 7 de funcionários listados com este sobrenome³³.

Além destes dados, alguns depoimentos corroboram que as contratações eram feitas por indicação. Temos como exemplo o depoimento de Miledi Furlan Paggi³⁴ e Antônio Marcelino Moschen³⁵. Ambos iniciaram o trabalho no Lanifício na década de 1920 e eram muito jovens: Paggi, por exemplo, conta que começou a trabalhar aos 12 anos. Contam que o regime de trabalho estendia-se por até 12 horas e que o restante de suas famílias trabalhava na

³³ Livro de Registro de Salários – Lanifício São Pedro 1930-1931.

³⁴ PAGGI, Miledi Furlan. Depoimento [Caxias do Sul, 08 de outubro de 1992] Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Entrevista concedida a Maria Conceição Abel Machado.

³⁵ MOSCHEN, Antônio Marcelino. Depoimento [Caxias do Sul, 17 de julho de 1990] Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Entrevista concedida a Gilmar Marcílio e Sônia Storchi.

empresa: “na minha família, [...] os meus irmãos trabalhavam, o meu pai trabalhava e a mãe ficava em casa”³⁶. Sobre a gerência do Lanifício os dois relatos deixam claro a influência e o controle exercidos pelos gerentes do Lanifício sobre os trabalhadores. Miledi relata um diálogo entre o gerente Manfro e seu pai “olha, tu tem os filhos, depois os filhos começam a crescer e eu boto na fábrica”. Em outro trecho ela completa:

Eu era um tiquinho de gente, magrinha, pequenininha [...]. Chegamos lá na fábrica [...] damos de cara com o Orestes. Ele era um homem alto, possante, barrigudo. Ele falava bem assim: ‘o que que tu quer aqui guria?’ Eu disse assim: ‘eu vim pedir serviço para o senhor’. – ‘*De quem que tu é?*’ – ‘Eu sou filha do Julio Furlan’. [...] saímos de lá e ele foi falar com meu pai.³⁷

Miledi Paggi e Antônio Moschen recordam-se do caso de assassinato de Orestes Manfro e já eram funcionários do Lanifício. Não conheceram João de Deus, mas recordam do caso quando questionados e afirmaram em seus depoimentos que a empresa não contratava negros. Moschen, quando questionado pelo entrevistador se ao longo dos 28 anos em que trabalhou na empresa nunca houve empregado negro, responde: “Não! Nunca”. Já ai ser questionado sobre práticas racistas na comunidade de Galópolis ou relacionadas ao Lanifício São Pedro, ele acrescenta que o preconceito “partia mais dos chefes né, da direção da fábrica”³⁸.

Estas dificuldades para tratar o caso não devem ser lidas como entraves, mas o contrário. É justamente através delas que conseguimos compor e interpretar o período. Caso contrário, como diz Sidney Chaloub e Fernando Teixeira da Silva (2009, p. 16), a narrativa história se tornaria um exercício “que apaga os sujeitos e oculta seus conflitos e diferenças”. O caso do assassinato abordado pelo olhar étnico é um dos muitos olhares que podemos utilizar. Tão importante quanto, é discutir esta ação pelo viés das estratégias individuais dos trabalhadores frente ao mundo do trabalho. São justamente estas estratégias que denunciam as dificuldades e soluções encontradas pelos indivíduos e nos revelam as dinâmicas sociais daquele contexto. O caso de João de Deus deixaria assim de ficar restrito às adversidades locais, mas se projetaria como peça do quebra cabeças do período a ser montado e historicizado.

João esteve sozinho. Ele se diferencia daqueles operários que encontram em seu ofício ou etnia uma unidade. João vai de um lado para o outro, de Bom Jesus a Caxias, arranja

³⁶ Depoimento de Antônio M. Moschen.

³⁷ Depoimento de Miledi F. Paggi.

³⁸ Depoimento de Antônio M. Moschen.

trabalho em lugares variados, não se estabelece: ele está à margem. E é aí que o sujeito encontra seu coletivo: no contingente cuja matriz é a exclusão do trabalhador nacional no processo de urbanização das cidades e industrialização. Se portugueses e italianos encontram um lugar na cadeia produtiva, os trabalhadores nacionais são empurrados para as periferias urbanas e para as periferias da história: sem muitos registros, sem muito interesse historiográfico quando o assunto é os operários da República, é nas entrelinhas que podemos recuperar sua história e dar voz à sua realidade histórica.

4. Considerações Finais

A luta coletiva empreendida pela jornada de oito horas ou a trajetória de João de Deus frente a negativa de emprego revela que os trabalhadores do período da República estão longe de ser “sujeitos incapazes de definir projetos e práticas independentes do Estado”. (CHALHOUB e SILVA, 2009, p. 26). Para além disso, a análise das trajetórias dos trabalhadores, permitida pela ampliação das fontes e elementos conceituais, revelam a história operária em sua realidade micro: rivalidades étnicas, conflitos, saídas individuais, alianças, curta duração das associações, ações e estratégias de grupo. O que indica para uma realidade que se afasta da compreensão idealizada dos trabalhadores imigrantes como ordeiros, subordinados, despolitizados e incapazes de dar significado a suas experiências e práticas.

O que esta pesquisa quis trazer foram as vivências dos trabalhadores, bem como as escolhas dos diversos sujeitos às problemáticas do mundo do trabalho. Das experiências analisadas, do professor Riva, os portugueses, os trabalhadores dos nascentes sindicatos, João de Deus: são nas perguntas que unimos todos os casos analisados, e não nas respostas que cada um deu aos seus confrontos. Quem são os trabalhadores? Como agiam frente às dificuldades? Que fatores são capazes de unir ou afastar estes indivíduos que partilham um mesmo contexto? Como se instituem e se reforçam determinadas fronteiras e hierarquias no universo do trabalho numa região de colonização europeia? As respostas apontam para longe das generalidades explicativas.

Os temas abordados por este artigo, bem como as questões levantadas ampliam o quadro histórico de saberes sobre o processo de industrialização no município e no interior do Rio Grande do Sul, através da perspectiva dos trabalhadores. Longe de ser um tema esgotado em termos acadêmicos, seus desdobramentos ainda podem ser lidos a luz de outras metodologias, ampliando o quadro historiográfico sobre o período. Saber como se operou a industrialização do interior do estado, que transformou pequenas colônias em centros industriais, trazendo à baila sujeitos e perspectivas ainda inexplorados é uma das tarefas que se procura entender.

A possibilidade de retomar as questões levantadas nesta pesquisa ganham chance de ser concretizadas no trabalho com processos criminais. Através destas fontes será possível aprofundar os estudos das relações entre trabalhadores e o peso étnico e seu mundo relacional nos espaços coloniais.

Bibliografia:

ARAVANIS, Evangelia. A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República: a organização e as condições de trabalho (1889-1920). In Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 3, jan-jul de 2010, p. 148-180.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no Imaginário Acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. In: Cadernos AEL. v.14, n.26, p.13-45, 2009.

DE BONI, Luís A. e COSTA, Rovilio. Far la Mérica. A presença italiana no. Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rioceli, 1991.

FRANZINA, Emilio. A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas: Unicamp, 2006.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Processo de industrialização da zona colonial italiana. Caxias do Sul: Educs, 1997.

HOBSBAWN, Eric. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária. 4ª ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

KLEIN, Cleci Eulália Fávero. De bairro Lusitano à Zona Tronca: a presença dos portugueses em Caxias do Sul (1911-1931). Dissertação, PUC-RS, 1984.

LAZZAROTTO, Valentin. Pobres construtores de riquezas. Caxias do Sul, UCS: 1981

LEVI, Giovanni. "Sobre a Micro-História". In: BURKE, Peter (org.) A Escrita da História - novas perspectivas. São Paulo: Unesp. 1992. p.133-161

_____. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: Ensaios de Micro História: trajetórias e imigração. São Leopoldo, Oikos: 2016

MACHADO, Maria Abel. Construindo uma cidade. Caxias do Sul, Maneco: 2001.

MILANO, Daniela Ketzer. Uma vila operária na colônia italiana: o caso Galópolis (1906-1941). Dissertação, PUC-RS, 2010.

PETERSEN, Silvia Regina Ferras; SCHMIDT, Benito Bisso. O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920). In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al (Org.). Capítulos de história do rio grande do sul. Porto Alegre: Ufrgs, 2004. p. 209-246.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

REVEL, Jacques (org.). Jogos de Escala - a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

_____. Micro análise e construção social. In. Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998

SCHMIDT, Benito Bisso. A produção historiográfica sobre a classe operária no Rio Grande do Sul - balanço parcial e perspectivas. In: Benito Bisso Schmidt. (Org.). Novas questões de Teoria e Metodologia da História e Historiografia. 1ed.São Leopoldo: Oikos, 2011, v. , p. 141-166

SILVA JUNIOR, Adhemar L. As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940). PUC-RS, 2004.

_____. Oligarquias em sociedades de socorro mútuo (1854-1940). In: Revista Mundos do Trabalho, vol 2, n. 4, ago-dez 2010.

TESSARI, Anthony B. Imagens do labor: memória e esquecimento nas fotografias do trabalho da antiga metalúrgica Abramo Eberle (1896-1940). Dissertação. PUC-RS, 2013.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. 3 vols. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

VAIFAS, Ronaldo. Os protagonistas anônimos da história. Micro-história. Rio de Janeiro, Campus, 2002.

Fontes:

Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami – Caxias do Sul

- Depoimento de Adelino Mano. Entrevista concedida a Anelise Cavagnoli, Caxias do Sul, 08 de agosto de 1983.

- Depoimento de Agenor da Silva. Entrevista concedida a Liliana Alberti Henrichs, Caxias do Sul, 1984.
- Depoimento de Antônio Marcelino Moschen. Entrevista concedida a Gilmar Marcílio e Sônia Storchi, Caxias do Sul, 17 de julho de 1990.
- Depoimento de Miledi Furlan Paggi. Entrevista concedida a Maria Conceição Abel Machado, Caxias do Sul, 08 de outubro de 1992.
- . - Fundo Gabinete do Executivo. Correspondências entre prefeitura e associações sindicais; Correspondências referentes à Associação dos Tanoeiros e União Sindical, 1928-1933.
- Imagem 1: Guilherme Mano, 1915. Acervo fotográfico de Isaura Mano Bonho.
- Livro de Registros de Pagamento de Salários – Lanifício São Pedro, 1930-1931.

Centro de Memória – Câmara Municipal de Caxias do Sul

< <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid> >

- Jornal *Il Colono Italiano*, Caxias do Sul, 15 de maio de 1898.
- Jornal *A Tribuna – Folha Independente*, Caxias do Sul, 1920, várias edições.
- Jornal *O Brazil – Orgam do Partido Republicano*, Caxias do Sul, 13 de novembro de 1920.
- Jornal *O Momento – Folha Independente*, Caxias do Sul, 1933, várias edições.
- Relatório da Intendência Municipal, 1924-1928

Biblioteca Nacional Digital

< <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> >

- Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 24 de dezembro de 1917.